

**II SEMINÁRIO “DIGNIDADE HUMANA EM TEMPOS DE (PÓS)
PANDEMIA: DIREITO E DEMOCRACIA NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO”**

09/05/2023 a 12/05/2023

EDITAL Nº 01/2023

1. APRESENTAÇÃO DO EVENTO

A Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) sediará, nos dias 09 a 12/05/2023 o Seminário “Dignidade humana em tempos de (pós) pandemia: Direito e democracia no Brasil contemporâneo” com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

O evento é organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/FURB) tendo por metas:

- a) Fortalecimento de um espaço institucionalizado para fomentar pesquisas, ações e reflexões voltadas aos desafios para a concretização, no Brasil, da jurisdição constitucional, direitos fundamentais, políticas constitucionais, a partir de uma perspectiva de Estado Democrático de Direito;
- b) Interlocução entre estudantes e docentes de diversos programas de pós-graduação e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior;
- c) Ampliação da malha acadêmica de produção com base teórico-empírica e da atuação da Universidade junto a sociedade.

Comissão Organizadora:

Prof. Dr. Marcelino Meleu

Profª Draª Ivone Fernandes Lixa

Profª Drª. Kátia Ragnini Scherer

Comissão Científica:

Integram a comissão os coordenadores de Grupos de Trabalho aprovados.

[Digite aqui]

2. CRONOGRAMA DATAS DESCRIÇÃO

DATAS	DESCRIÇÃO
06/03/23 a 23/04/23	Submissão de resumos expandidos para apresentação em GTs. A ser realizada diretamente no site do evento: https://www.dignidadehumanaedireito.com
05/05/23	Relação dos trabalhos aprovados. A ser divulgada no site do evento.
10/03 a 09/05/23	Inscrição dos participantes e ouvintes. A ser realizada diretamente no site do evento: https://www.dignidadehumanaedireito.com
09 a 12/05/23	Realização do Evento
30/06/23	Prazo final para submissão dos trabalhos completos.

3. SUBMISSÃO DE TRABALHOS (RESUMOS EXPANDIDOS) PARA APRESENTAÇÃO NOS GRUPOS DE TRABALHOS DO EVENTO

Prazo: entre 06 de março a 23 de abril de 2023.

Público-alvo: Doutores(as), doutorandos(as), mestres(as) e mestrandos(as) no Brasil e no exterior e que se disponham a fazer presença pessoal, na modalidade online, no momento da realização das comunicações orais de seus trabalhos aprovados ligados a cada Grupo de Trabalho existente no evento. Graduados(as) e estudantes de graduação poderão submeter trabalhos apenas em coautoria com autores(as) de maior titulação.

Modo: O envio do trabalho deverá ser realizado através de link próprio disponível no site do evento (<https://www.dignidadehumanaedireito.com>). Neste formulário serão informados os dados solicitados e anexado o resumo expandido nos termos do modelo disponível no Anexo I infra. O resumo que não estiver adequado ao modelo em questão **não será analisado**.

Divulgação dos resumos aprovados: A lista dos resumos selecionados para apresentação será divulgada até o dia 05 de maio de 2023, no site do evento. Não serão enviados e-mails individualizados para os autores, devendo ser feito o acompanhamento direto pelo site. De igual modo, não serão expedidas cartas de aceite dos trabalhos aprovados, exceto em casos excepcionais direcionados à Comissão Organizadora por e-mail (ppgd@furb.br).

[Digite aqui]

Autorias e coautorias: É permitido a cada autor ou autora principal constar em apenas um trabalho no evento e como coautor(a) em até dois outros trabalhos. Além do(a) autor(a) principal, podem constar até dois coautores(as) por trabalho. O orientador ou orientadora só deve constar como coautor(a) se tiver participado da redação final do texto.

Apresentação do trabalho: O trabalho poderá ser apresentado oralmente por qualquer de seus(as) autores(as), presencialmente ou online, todavia, todos devem estar inscritos no evento. O certificado de apresentação será conferido apenas aos autores e autoras presentes aos(às) quais recomenda-se que permaneçam durante toda a sessão na sala, para que possam ouvir e contribuir com os debates e com os trabalhos dos(as) demais apresentadores(as).

4. INSCRIÇÃO

Modo: As inscrições devem ser realizadas através do formulário próprio, disponível no site do evento (<https://www.dignidadehumanaedireito.com>), que terá abertura no prazo previsto. A inscrição no evento é fundamental para a confirmação da apresentação do trabalho aprovado em seu respectivo GT.

Observação: A inscrição do evento é gratuita para todas as titulações e modalidades de participação (coordenador de GT, apresentação de trabalho e ouvinte).

É de responsabilidade dos interessados, observar os prazos para inscrição (tanto para envio e apresentação de trabalhos, quanto para ouvintes. Tais prazos constam no cronograma descrito no item 2 deste edital

Certificados: Serão emitidos certificados para cada modalidade de participação mediante a listagem de presença fornecida pelos responsáveis por cada atividade do evento.

5. INSCRIÇÃO DE OUVINTES

Público-alvo: Pessoas de qualquer nível de formação, que estejam interessadas em acompanhar as atividades desenvolvidas durante o evento.

Modo: A inscrição deverá ser feita por intermédio de formulário próprio disponível no site do evento (<https://www.dignidadehumanaedireito.com>),

Certificados: O certificado só será emitido para os ouvintes regularmente inscritos no evento e cuja participação em atividades alcance 75% de presença.

6. ENVIO DO TRABALHO COMPLETO

Os trabalhos completos deverão ser encaminhados através de link próprio, disponível no site do evento (<https://www.dignidadehumanaedireito.com>), que será aberto para após a realização do evento. É necessário que o texto seja encaminhado conforme o modelo disponibilizado no Anexo II.

Os trabalhos que não seguirem o modelo indicado estarão sujeitos a não publicação nos anais. Eventuais adequações ao modelo serão de plena responsabilidade da autoria.

7. ANAIS

Serão publicados na Página eletrônica do evento (<https://www.dignidadehumanaedireito.com>), os trabalhos que atenderem às normas deste Edital e que tenham sido apresentados no Seminário.

A Comissão Organizadora se reserva ao direito de selecionar os melhores trabalhos apresentados no evento para a composição de um livro.

8. PROGRAMAÇÃO

DATAS	ATIVIDADES
09.05.2023	19h – Solenidade de abertura 20h – Palestra inaugural.
10.05.2023	09h-12h – Sessão de Comunicações Orais relativas aos GTs I e II 14h-19h – Painel
11.05.2023	09h-12h – Sessão de Comunicações Orais relativas aos GTs III, IV e V 14h-19h – Painel 19h – Palestra intermediária
12.05.2023	09h-12h – Sessão de Comunicações Orais relativas aos GTs VI e VII e VIII 14h-19h – Painel 19h – Lançamento da obra “TEORIA CRÍTICA E HUMANISMO JURÍDICO: O pensamento de Antônio Carlos Wolkmer”. 19h30min - Palestra de encerramento

9. RECURSOS E CASOS OMISSOS

9.1. A Comissão Organizadora se reserva o direito de resolver os casos omissos e de complementar as regras acima conforme os critérios mais adequados para promover os melhores resultados científicos do Encontro.

9.2. Mais esclarecimentos podem ser solicitados pelo e-mail ppgd@furb.br

10. NOMINATA E EMENTA DOS GRUPOS DE TRABALHOS (GTs) A SEREM DESENVOLVIDOS NO EVENTO

GT1 – NEOLIBERALISMO GLOBAL, DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES JURÍDICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

Data: 10/05/23, das 9 às 12h

Local: Presencial: sala CCJ / Online: pela plataforma Microsoft Teams*

[Digite aqui]

***O link para ingresso no ambiente virtual de apresentação dos trabalhos será remetido individualmente a cada autor.**

Coordenadores:

Prof^a. Dr^a. Ivone Fernandes Morcilo Lixa (FURB)

Prof^a. Dr^a. Raquel Fabiana Lopes Sparemborg (FURG e FMP)

Prof. Dr. João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira (UFPE e UNICAP)

Ementa

Em que pese a democracia liberal ter se tornado o modelo político hegemônico que fortalece o modo de produção capitalista e alimenta os discursos ideológicos e institucionais do Estado, no Brasil tal modelo ganha impulso com a queda do regime ditatorial na segunda metade do século XX, quando o constitucionalismo democrático criava a ilusão de que a reconquista democrática deixaria para trás os déficits históricos herdados do colonialismo. Se no país imperava o otimismo, o neoliberalismo global colocado em marcha provocou significativas mudanças impactando diretamente e agravando as condições de vida da população dos países periféricos como o Brasil. As democracias liberais que vinham por décadas assumindo o conveniente papel de mediar interesses e necessidades sociais conflitantes com o capital, no início do século XXI o neoliberalismo abalou os privilégios dos que acreditavam nas promessas do capitalismo, e assim, criaram-se impasses e ataques sistemáticos à democracia. O cenário político se modifica a partir de 2013 o que coincide com as fortes crises migratórias e os efeitos da crise econômica de 2008. O supremacismo da extrema direita e o populismo antidemocrático ganham relevância nos países centrais, culminando com a ascensão de Donald Trump nos EUA que alimentou no Brasil o discurso de Jair Bolsonaro e sua candidatura presidencial, tornando o desrespeito aos direitos civis e fundamentais, até então limitadores do neoliberalismo em marcha, a tônica do bolsonarismo. Novamente os custos são altos para as classes populares, que vão assistindo, atônitas, às perdas dos direitos duramente conquistados em nome da “governabilidade possível”. No Brasil, a classe média, historicamente conservadora e facilmente cooptada por grupos golpistas, sentindo-se ameaçada por dar-se conta de que não detém o poder do Estado e tampouco o poder social das classes populares organizadas, alimentada por suas contradições ideológicas que oscilam entre o individualismo competitivo e a defesa dos “interesses” dos excluídos e da “lei e ordem”, pactua e incorpora o discurso bolsonarista. Desde tais considerações, o GT proposto pretende problematizar as fragmentações e divisões na sociedade brasileira vem produzindo a emergência de práticas fascistas e segregadoras, discutindo o papel das instituições jurídicas brasileiras, que, ao que parece, se dão conta que não é mais possível sustentar a neutralidade “supraconstitucional” e política, o que tem obrigado a politização do Direito, seus discursos de sustentação e suas práticas.

GT 2 - Direito e descolonialidade

Data: 10/05/23, das 9 às 12h

Local: Presencial: sala CCJ / Online: pela plataforma Microsoft Teams*

***O link para ingresso no ambiente virtual de apresentação dos trabalhos**

será remetido individualmente a cada autor.

Coordenadores:

Francisco Quintanilha Veras Neto (UFSC)

Ântonio Leonardo Amorim (UFSC)

Hélen Rejane Silva Maciel Diogo (UFSC)

Desde a necessidade de interseccionar distintos campos de saberes com a dimensão jurídica, de forma a problematizar as inequidades sociais, (in)efetivação dos Direitos Humanos e a manutenção do poder hegemônico, o qual é edificado pela colonialidade do poder, do saber e do ser, o grupo proposto tem como objetivo discutir pesquisas relacionadas a área socioambiental, crítica ao racismo, ao estudo dos novos movimentos sociais desde pensadores da tradição crítica e descolonial. Ainda, pretende aprofundar análise de matrizes econômicas, históricas, políticas e sociais estreitando laços com grupos de pesquisa, estudantes, profissionais da área jurídica e movimentos sociais propiciando debates acerca da realidade de Direitos Humanos e democracia no Brasil contemporâneo.

GT3 – Direitos Humanos, diversidade e solidariedade

Data: 11/05/23, das 9 às 12h

Local: Presencial: sala CCJ / Online: pela plataforma Microsoft Teams*

***O link para ingresso no ambiente virtual de apresentação dos trabalhos será remetido individualmente a cada autor.**

Coordenadores:

Marcelino Meleu (FURB)

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth (UNIJUÍ)

Maria Aparecida Lucca Caovilla (UNOCHAPECÓ)

Ementa:

Este Grupo de Trabalho tem por escopo desenvolver e fomentar o debate, bem como o intercâmbio e compartilhamento de saberes comprometidos com a promoção e defesa dos Direitos Humanos, considerando os entrelaçamentos de marcadores sociais como raça, etnia, classes sociais, gênero, sexualidade e suas implicações nos âmbitos econômico, social, laboral, jurídico, político e cultural, nos níveis local, nacional ou internacional, em diálogo com marcos teóricos e metodológicos desenvolvidos e voltados ao reconhecimento de grupos historicamente discriminados, com vistas a promoção do respeito à diversidade, à concretização do princípio da solidariedade e da dignidade humana, ao combate a necropolítica e todas as formas de violência (estatal e não estatal), que rompam com o ideal de Estado Democrático de Direito.

GT4 – Direito, Propriedade Intelectual e Proteção de Dados

Data: 11/05/23, das 9 às 12h

Local: Presencial: sala CCJ / Online: pela plataforma Microsoft Teams*

***O link para ingresso no ambiente virtual de apresentação dos trabalhos será remetido individualmente a cada autor.**

Coordenadores:

Aleteia Hummes Thaines (FACCAT)
Vinícius Mozetic (UNOESC)
Patrícia de Oliveira Areas (UNIVILLE)

Ementa:

O grupo acolherá estudos conexos aos seguintes temas: Desafios da indústria farmacêutica no campo da Propriedade Intelectual. Direito à saúde e sistema de patentes. Inovação tecnológica na saúde e propriedade intelectual. Judicialização de medicamentos e tecnologias de alto custo. Saúde, corporeidade, mercado e direitos fundamentais. Aspectos jurídicos sobre a gestão dos sistemas de saúde na contemporaneidade.

GT5 – Acesso à Justiça, Jurisdição e Novas Tecnologias

Data: 11/05/23, das 9 às 12h

Local: Presencial: sala CCJ / Online: pela plataforma Microsoft Teams*

***O link para ingresso no ambiente virtual de apresentação dos trabalhos será remetido individualmente a cada autor.**

Coordenadores:

Feliciano Alcides Dias (FURB)
Karinne Emanoela Goettens dos Santos (UFPEL)
Ângela Espíndola (UFSM)

Ementa:

A jurisdição do século XXI procura superar os paradigmas que vieram a lhe instituir. Não se sustenta mais sobre seus tradicionais pilares, considerando os sistemas clássicos de acesso à justiça. Assim, exigem-se novos modos de tratamento de conflitos, repensando seus paradigmas, tanto em sua estrutura quanto em sua função. Note-se que a jurisdição aspira superar o processo dispositivo e inquisitorial, a partir de modelos de processo colaborativo, democrático e justo, dimensionados em suas funções pela epistemologia constitucional. Com o crescente uso de tecnologias aplicadas ao processo e da I.A ao direito em geral, a superação daquele paradigma clássico se mostra ainda mais urgente, de modo a conformar a jurisdição desde um paradigma constitucional com outras modalidades de acesso à justiça (tais como: mediação, conciliação, arbitragem, negociação, entre outras), incluindo ainda, os benefícios das novas tecnologias. Portanto, o grupo de trabalho proposto tem como objetivo debater outros modos de resolução adequados de conflitos, exigindo novas respostas a partir do paradigma de jurisdição constitucional e a efetiva contribuição do uso das novas tecnologias.

GT6 – Estado e Direitos fundamentais: socio biodiversidade e redes, socioambientalismo, proteção climática.

Data: 12/05/23, das 9 às 12h

Local: Presencial: sala CCJ / Online: pela plataforma Microsoft Teams*

***O link para ingresso no ambiente virtual de apresentação dos trabalhos**

será remetido individualmente a cada autor.

Ementa- Os trabalhos apresentados ao grupo devem prospectar pesquisas, estudos e reflexões com aportes jurídicos científicos sobre temáticas sociambientais emergentes e altamente complexas no contexto do Estado Democrático de Direito como: Justiça climática, ecopolítica, desastres, sociobiodiversidade e redes.

Coordenadores:

Prof^a. Dr^a. Kátia Ragnini Scherer (FURB)

Prof^a. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch (UFSM)

Prof^a Dra. Silvana Terezinha Winckler (UNOCHAPECÓ)

GT7 – Constitucionalismo contemporâneo, Estado democrático e políticas constitucionais para a proteção da dignidade da vida.

Data: 12/05/23, das 9 às 12h

Local: Presencial: sala CCJ / Online: pela plataforma Microsoft Teams*

***O link para ingresso no ambiente virtual de apresentação dos trabalhos será remetido individualmente a cada autor.**

Coordenadores:

Prof^a. Dr^a. Milena Petters Melo (FURB, CEDEUAM)

Prof. Dr. Antonio Carlos Marchiori (FURB)

Prof^a. Dr^a. Valéria Ribas do Nascimento (UFSM)

Este grupo de trabalho tem por objetivo fomentar a reflexão crítica sobre o constitucionalismo contemporâneo e o Estado democrático, no Brasil, na comparação constitucional e no contexto dos processos de globalização, tendo em consideração o diálogo e as tensões entre os diferentes níveis de normatividade e instâncias de proteção de direitos e bens fundamentais, como projeção normativa da dignidade da vida: humana, natural, social e cultural. Focaliza as pesquisas, os aportes teóricos e as práticas do direito constitucional no Estado democrático e na sociedade, tanto no que toca a jurisdição constitucional, quanto no que tange as políticas, ações, iniciativas, na interação entre o espaço público e privado, nos diferentes níveis, do local ao regional, nacional, transnacional e global, para a sustentabilidade socioambiental e a proteção da vida nas suas diferentes dimensões e manifestações. Temas focalizados: constitucionalismo em níveis múltiplos; Estado democrático; Estado constitucional cooperativo; federalismo cooperativo; jurisdição constitucional; jurisdição convencional; políticas constitucionais; proteção constitucional do ambiente e direitos da natureza; soberania alimentar e energética; empresas, direitos humanos e sustentabilidade; proteção do patrimônio cultural e natural; solidariedade e fraternidade.

GT8 – Desenvolvimento sustentável: Sustentabilidade e Agenda 2030, da ONU

Data: 12/05/23, das 9 às 12h

Local: Presencial: sala CCJ / Online: pela plataforma Microsoft Teams*

***O link para ingresso no ambiente virtual de apresentação dos trabalhos será remetido individualmente a cada autor.**

Ementa- Os trabalhos apresentados ao grupo devem prospectar pesquisas, estudos e reflexões com aportes jurídicos científicos capazes de enfrentar a problemática socioambiental em nível internacional, transnacional e nacional no que se refere à Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU) abrangendo temáticas como: Direito Ambiental como Direito Humano, conflitos socioambientais, políticas públicas ambientais; Conflitos nas cortes internacionais de Direitos Humanos;

Coordenadores:

Prof^a. Dr^a. Nicolau Cardo Neto (FURB)

Prof^a. Dr^a. Wanda Helena Muniz Falcão (FURB)

Prof^a Dr^a. Raquel Silva Guerra (UERJ)

ANEXO II – MODELO DE TRABALHO COMPLETO

TÍTULO EM CAIXA ALTA E NEGRITO, EM LETRA TIMES NEW ROMAN (TNR) 14, ESPAÇAMENTO SIMPLES, CENTRALIZADO

[Afastamento à esquerda 4cm, TNR 11, espaço simples]

SOBRENOME DO AUTOR(A)1(CAIXA ALTA), Nome do Autor1
Professor do Programa de XXXX (Em Itálico)
E-mail

SOBRENOME DO AUTOR(A)2, Nome do Autor2
Estudante de doutorado do Programa de XXXX (Em Itálico)
E-mail

SOBRENOME DO AUTOR(A)3, Nome do Autor3
Estudante de mestrado do Programa de XXXX (Em Itálico)
E-mail

RESUMO (TEXTO EM TIMES NEW ROMAN, LETRA 11, ESPAÇAMENTO SIMPLES, JUSTIFICADO)

Os trabalhos completos deverão ser remetidos, em texto padrão Word, contendo entre 12 e 18 páginas numeradas, em letra Times New Roman com título em caixa alta e negrito (TNR 14), seguido de resumo de 10 linhas em português e em inglês, com 3 palavras-chave, em TNR 10, espaço simples, seguido do texto do artigo em TNR 12, espaço 1,5 - citações em TNR 10, espaço simples e recuo de 4cm -, sistema autor-data para as referências (norma 10.520 da ABNT), admitindo-se até 2 coautorias. Os trabalhos originais poderão ser remetidos em português, espanhol ou inglês. Se os textos estiverem em português ou em espanhol devem conter abstract em inglês. Se os textos forem remetidos em inglês devem conter resumo em português.

Palavras-chave: Resumo. Artigo. Texto

ABSTRACT (TEXTO EM TIMES NEW ROMAN, LETRA 11, ESPAÇAMENTO SIMPLES, JUSTIFICADO)

Full papers should be sent in standard text Word, containing between 12 and 18 numbered pages in Times New Roman font with title upper case and bold (TNR 14), followed by a summary of 10 lines in Portuguese and in English, with 3 keywords in TNR 11, single space, followed by the text of the article in TNR 12, space 1.5 - quotes in TNR 11, single spacing and 4cm - author-date system for references, assuming up to 3 co-authorship.

Key-words: Abstract. Article. Text

[Digite aqui]

1 INTRODUÇÃO (CAIXA ALTA, TNR 12, negrito)

Apresenta o texto, a importância do tema, o recorte específico abordado, a metodologia utilizada e a estrutura do artigo. Não se numera. No exemplo que segue, subdividimos o texto em 3 tópicos.

2 DESENVOLVIMENTO (TNR 12, ESPAÇO 1,5, JUSTIFICADO)

Apresenta o desenvolvimento do tema e a fundamentação teórica correlata e a pesquisa.

Citações de mais de 3 linhas em TNR 10, espaço simples e recuo de 4cm – as citações de até 3 linhas não tem recuo diferenciado, devendo estar entre aspas e integradas ao texto)

Os trabalhos originais poderão ser remetidos em português, espanhol ou inglês. Se os textos estiverem em português ou em espanhol devem conter *abstract* em inglês. Se os textos forem remetidos em inglês devem conter resumo em português. (AUTOR, ano da publicação, página).

Deve-se evitar terminar qualquer passagem com citações. O texto é de seu(a) autor(a). Logo, quem deve encerrar as falas é ele(a).

2.1 Subtítulos (em caixa baixa, TNR 12, negrito)

O subtítulo indica uma subdivisão natural dentro do tópico. Se for outro assunto, melhor atribuir nova numeração.

2.2 Figuras e tabelas

Todas as figuras e tabelas devem ser legendadas, segundo a recomendação da Associação Brasileira de Normas Técnicas. As legendas devem ser escritas usando a fonte Times New Roman, tamanho 10 (dez). As figuras e tabelas deverão estar centradas na página. A numeração e legenda da imagem deverão estar localizadas acima da figura. A fonte da imagem deverá estar localizada abaixo da figura. As figuras e tabelas devem estar próximas a sua citação e centradas no corpo do texto.



Figura 1 – Exclusão social
Fonte: FULANO, 1985, p. 21.



Tabela 1 – Crescimento da Cidade
Fonte: IBGE: 2000.

Aqui se explicam e detalham os resultados da tabela e sua importância no estudo apresentado.

3 CONCLUSÃO (COM RESULTADOS ALCANÇADOS E RESPOSTA DO PROBLEMA DE PESQUISA LEVANTADO)

Nessa parte se indica exatamente a trajetória da pesquisa, em todas suas etapas. Deve ser evitado as linhas órfãs e viúvas, assim como deve se manter o título ou subtítulo junto ao texto subsequente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas devem seguir os padrões da norma 6.023 de 2018 da ABNT. Seguem, a título de exemplo, as principais formas de referência:

- a. Livros: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. **Título em Negrito** (em geral apenas em maiúscula a inicial da primeira palavra e a inicial de substantivos próprios). Tradutor (no caso de obra originalmente escrita em outra língua). Edição (exceto em se tratando de 1ª edição). Cidade: Editora, ano. [Obs. *Livro com até 3 autores devem ter todos citados. Livros com + de 3 autores admitem referência a um dos autores e a expressão “et al.”, em geral na ordem estabelecida pela ficha catalográfica do livro.*]

- b. Capítulos de livros: SOBRENOME DO AUTOR(A), Nome. Título do capítulo em letra comum sem aspas, termo *In*, dois pontos, SOBRENOME DO(A) ORGANIZADOR(A) OU EDITOR(A) DO LIVRO, Nome do Organizador(a) ou Editor(a) do Livro, entre parênteses, a palavra organizador (org.) ou editor (ed.), **Título do livro em Negrito**. Tradutor. Edição. Cidade de publicação: Editora, ano, páginas inicial-final do capítulo. (Nota: Organizador(a) é aquele(a) que participou da confecção da obra, indicando tratar-se de obra coletiva, já o Editor(a) é aquele(a) que recolheu textos diversos, aleatórios, publicando-os).

- c. Artigos em periódicos: SOBRENOME DO(A) AUTOR(A), Nome. Título do artigo sem aspas. **Título do periódico em Negrito**, cidade, ano, volume, número, página inicial- página final do artigo., ano.

- d. Artigos em Congresso: SOBRENOME DO(A) AUTOR(A), Nome. Título do artigo sem aspas. *In*: NOME DO CONGRESSO (em caixa alta), número do congresso., ano, cidade, **Título da publicação em Negrito**. Cidade: editora, ano. Páginas inicial-final do artigo.
- e. Legislação: PAÍS, **Norma jurídica em Negrito** – descrever todo preâmbulo. Ou: ENTE FEDERATIVO (no caso de Lei Estadual ou Municipal), *Norma jurídica em itálico* – descrever todo preâmbulo. Ou: NORMA JURÍDICA – preâmbulo *In*: (Referência da obra fonte).
- f. Artigos na internet: SOBRENOME DO(A) AUTOR(A), Nome. Título do artigo sem aspas. Termo *In*, dois pontos, Nome do site, se houver seguido da expressão “Disponível em”, endereço eletrônico, data do acesso.